

COMUNICAÇÃO PLURAL: ALTERIDADE E SOCIABILIDADE¹

Com a globalização, o pluralismo e a democracia, nos meios de comunicação, dependem da expressão da diversidade cultural latino-americana

UM MAPA DE PERGUNTAS

A questão do pluralismo se torna crucial na hora de pensar a democracia e imaginar sua configuração neste fim de século. Afinal, de que estamos falando quando falamos de pluralismo? Do aprofundamento da democracia ou de um artifício neoliberal? De uma questão **grave** que diz respeito a problemas de estrutura da comunicação, que tanto pode resultar no reconhecimento entre os povos, as etnias e as raças, as idades e os sexos, quanto na flagrante desigualdade do acesso aos meios, de que ainda padecem tanto as maiorias como a maioria das minorias? Ou das **leviandades** de uma comunicação aliviada, devido à tecnologia, do peso dos conflitos e da obscuridade dos atores sociais, num processo no qual se liberam as diferenças e, sem necessidade de encontrar-se, todos **comunicam** e dela não poucos esperam, inclusive, a saída para a crise social e política?

Paradoxo: na década de 80, uma das poucas indústrias que cresceram na América Latina, a única, inclusive, em que se fizeram

grandes investimentos, foi a de comunicação. O número de estações de emissoras de televisão passou de 400 para cerca de 1.500. Brasil e México adquiriram satélite próprio, as empresas de informação de rádio e de televisão abriram conexões mundiais via satélite. Até nos países mais pobres da região as cidades se encheram de antenas parabólicas e se implantaram redes de cabo. Os canais regionais de televisão apareceram e, de quase zero nos anos 70, passou-se a dez milhões de videocassetes em 1989 e a 12 mil videolocadoras com uma porcentagem média de 340 milhões de fitas alugadas por ano². Durante esses mesmos anos – segundo as insuspeitas cifras do Diretor do Banco Mundial para a América Latina – **apareceram** 60 milhões de novos pobres e a região

O AUTOR

Jesús Martín-Barbero

Assessor do Instituto de Estudos sobre Culturas em Comunicação da Universidade Nacional, Colômbia. Autor, entre outros, de **De los medios a las mediaciones**.

1. Originalmente publicado em espanhol na revista DIA-LOGOS DE LA COMUNICACIÓN. Lima: Felafacs, n.40, set./1994, p.72-79.

2. GETINO, O. **Introducción al espacio audiovisual latinoamericano**. Buenos Aires: INC, 1990. Ver também: ALFONZO, A. **Televisión de servicio público y televisión lucrativa en América Latina**. Caracas: Doc. Ministério de Cultura, 1990.

converteu-se na única do mundo na qual a distribuição da renda piorou³, ao mesmo tempo em que a participação latino-americana no Comércio Exterior da Comunidade Européia caiu mais de 30%⁴.

A questão do pluralismo se converte em um enclave de paradoxos e desafios para a comunicação: o que ali está em jogo são apenas problemas de expressão – um pouco mais de espaço na imprensa, ou de tempo no rádio e na televisão para as minorias ou para os radicais – ou os problemas são de outro calibre e espessura tanto de uma perspectiva filosófica quanto política? Ou será que as questões de fundo, de estrutura e as dimensões sociais da democracia tornaram-se anacrônicas para os desconcertados habitantes destes tempos e destes países emaranhados entre a dívida e a dúvida?

Tanto na Europa como nos Estados Unidos, não são poucos nem de pouca monta os pensadores que afirmam que a liberação das diferenças é resultado da ação dos meios massivos. Explicando o que outros intelectuais sentem pudor de expressar, G. Vattimo afirma: “Os meios têm sido determinantes para o vir a dar-se conta da dissolução dos pontos de vista centrais, daqueles que J. F. Lyotard chama os grandes relatos, (...). Apesar de todo o esforço por parte dos monopólios e das grandes centrais capitalistas, o rádio, a televisão e os periódicos se converteram em componentes de uma explosão e multiplicação generalizada de *Weltanschauungen*: de visões do mundo”⁵. Deriva daí uma leitura muito particular que Vattimo faz de Walter Benjamin, segundo a qual os meios estariam na base da nova sensibilidade, do aparelho sensitivo pós-modern-

no: aquela pluralização que dissolve os pontos de vista unitários e faz emergir de modo irrefreável a palavra das minorias de todo tipo, em todo o mundo.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO: DIVERSIDADE OU FRAGMENTAÇÃO?

Seria fechar os olhos negar o esboroamento que hoje sofrem no mundo inteiro as visões unitárias da História e as concepções totalitárias. É mesmo impossível desconhecer que nas sociedades latino-americanas os meios, ao possibilitarem o acesso a outras visões de mundo e a outros costumes, contribuíram para arrefecer os sectarismos políticos e religiosos, relaxaram os talantes (arbitrios) repressivos e desarmaram as tendências autoritárias.

Mas os novos ventos de fanatismo e a propagação do fundamentalismo e do racismo não têm nada a ver com os meios de comunicação? Não há nisso – na massa de seus discursos e suas imagens – uma forte cumplicidade com esquematismos e maniqueísmos, com exaltações da força e da violência, que alimentam secreta e lentamente velhas e novas modalidades de intolerância e de integrismo?

Cenário, expressivo como nenhum outro, das contradições desta época, os meios nos expõem cotidianamente à diversidade dos gostos e das razões, à diferença, mas também à **indiferença**; à crescente integração do heterogêneo das raças, das etnias,

3. REVISTA CAMBIO 16 - COLÔMBIA. Bogotá, 18 de octubre, 1993.

4. FERRER, A. *El reencuentro de dos mundos en Iberoamérica, una comunidad*. El País. Madrid, 1991. Ver também: RONCAGLILO, R. *Europa 1993: expectativas y riesgos para América Latina*. Telos. Madrid, n.23, 1990.

5. VATTIMO, G. *La sociedad transparente*. Barcelona: [s.n.], 1990. p.78-79.

dos povos e dos sexos no **sistema de diferenças** com o qual, segundo Baudrillard, o Ocidente conjura e neutraliza, funcionaliza os **outros**: “enquanto a diferença prolifera ao infinito na moda, nos costumes, na cultura, a *alteridade dura*, a da raça, da loucura, da miséria, terminou ou se converteu em um produto escasso”⁶. Como se apenas submetidas ao “esquema estrutural de diferenças” que o Ocidente propõe, nos fosse possível relacionar-nos com as outras culturas.

Não constituem os meios de comunicação um dos dispositivos mais eficazes desse esquema, utilizando-se dos procedimentos mais díspares? Eles buscam nas outras culturas o que mais se parece com a nossa e, para isso, silenciam ou enfraquecem os traços mais conflitivamente heterogêneos e desafiantes. Para tanto não haverá outro remédio senão estilizar e banalizar, isto é, simplificar o outro, ou melhor, descomplexizá-lo, torná-lo assimilável sem necessidade de decifrá-lo.

Não é com imagens baratas e esquemáticas dos indígenas, dos negros, dos subdesenvolvidos, dos primitivos que a imensa maioria dos discursos dos meios de comunicação – especialmente da televisão – nos aproximam dos outros? E de forma parecida funciona o mecanismo de distanciamento: o outro torna-se exótico, é folclorizado em um movimento de afirmação da heterogeneidade que ao mesmo tempo que o torna **interessante** o exclui do nosso universo, negando-lhe a capacidade de interpelar-nos e de questionar-nos⁷.

Mas que ninguém busque as razões desse **esquema**, que a partir dos meios neutraliza as diferenças, em alguma perversão

da sensibilidade sobre a qual tão positivamente falava Vattimo. Sua racionalidade não é outra senão a do contraditório movimento de globalização e fragmentação que configura o espaço-mundo da economia e da cultura hoje.

Global é o espaço novo que o mercado e as tecnologias produzem e do qual necessitam. Como ocorreu com o espaço nação a partir do fim do século XVII na Europa, agora é o espaço-mundo⁸ que se constitui em horizonte do fluxo econômico e informacional que tem como eixo a empresa, como chave a relação de interdependência e como veículo e sustentação a trama tecnológica da comunicação.

Na globalização, o que conduz o processo é o mercado. É ele que, agora, regula as relações entre os povos, as nações e as culturas, que institui os modelos de comunicação e dinamiza as redes. O que está significando para o pluralismo o processo de globalização?

A forma mais plena de combater a exclusão e a segregação ou a dissolução de qualquer outro tipo de espaço; a expansão do não-lugar, esse mundo de passageiros e clientes no qual se está sempre e não se está nunca em casa⁹, no qual a abolição das distâncias e o apagamento da memória produzem não apenas a confusão das línguas mas também o auge da insignificância?

Mais que oposto, complementar da **globalização**, o mundo vive um processo de expansão da fragmentação em todos os níveis e em todos os planos: do esboroamento das nações à proliferação das seitas, da re-

6. BAUDRILLARD, J. *La transparencia del mal*. Barcelona: [s.n.], 1991. p.134.

7. Sobre a diferença excludente: SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983. p.42.

8. Ver a esse propósito: MATTELART, Armand. *Comunicação mundo: história das idéias e das estratégias*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 320p.

9. AUGÉ, M. *Los no-lugares: espacios de anonimato*. Barcelona: [s.n.], 1993. p.110.

valorização do local à decomposição do social. E outra vez se impõe a pergunta: o crescimento da consciência da diversidade não está desembocando na relativização de toda certeza e na negação de qualquer tipo de comunidade e ainda de sociabilidade?¹⁰. E o desenraizamento que supõe ou produz essa fragmentação – no âmbito dos territórios ou dos valores – não estará na base dos novos integrismos e fundamentalismos?

O elogio da diversidade fala, por sua vez, de uma nova sensibilidade da nossa sociedade em relação ao plural, de uma nova percepção do relativo e precário das ideologias e dos projetos de libertação, mas fala também da vertigem do ecletismo que da estética à política fazem com que tudo tenha o mesmo valor.

Confusão a cuja sombra os mercados fazem seus negócios, fazendo-nos crer, por exemplo, que a diversidade em televisão equivale à quantidade de canais. Desse modo, quantidade acaba com a qualidade e não oferece senão o simulacro oco da pluralidade.

Globalização e fragmentação complementam-se no âmbito do mercado – a descentralização das decisões na empresa, a segmentação dos públicos e das audiências dos meios – mas se contrapõem ao das sociedades e das culturas.

Nada mais eloqüente a esse respeito que a contradição que experimentam muitas pessoas progressistas e bem-pensantes dos países ricos quando o Terceiro Mundo se torna vizinho de bairro ou competidor na hora de buscar trabalho. Como se, ao caírem as fronteiras, que durante séculos demarcaram os diversos mundos, as distintas ideolo-

gias políticas, os diferentes universos culturais – por ação conjunta da lógica econômica, da dinâmica tecnológica e da pressão migratória – tivessem colocado a descoberto as contradições do discurso universalista¹¹, do qual o Ocidente sempre se sentiu tão orgulhoso.

Então, cada qual – cada país ou comunidade de países, cada grupo social e até cada indivíduo – necessitará afastar a ameaça que significa a proximidade do outro, dos outros em todas as suas formas e figuras, refazendo a exclusão agora já não sob a forma de fronteiras – que seria um obstáculo ao fluxo das mercadorias e das informações – e sim de distâncias que voltem a pôr cada qual em seu lugar.

HETEROGENEIDADE E DEMOCRACIA

“Poderia narrar-se a história da América Latina como uma contínua e recíproca ‘ocupação de terreno’. Não há uma demarcação estável, reconhecida por todos. Nenhuma fronteira física e nenhum limite social outorgam segurança. Assim nasce e se interioriza, de geração em geração, um medo ancestral do invasor, do outro, do diferente, venha de cima ou venha de baixo”¹².

Ali onde o ordenamento coletivo é precário uma vez que idealizado como algo preconstituído ontologicamente e não cons-

10. Sobre a dissolução da sociedade por um “diferencialismo absoluto”: TOURAINE, A. *Les postmodernismes*. In: **Critique de la modernité**. Paris: Fayard, parte 2, cap.3, 1992.

11. ENZENSBERGER, H. M. *Cultura contra la violencia*. **Humboldt**. Bonn: [s.n.], n.108, 1993.

12. LECHNER, N. **Los patios interiores de la democracia**. Santiago: FLACSO, 1988. p.99.

truído política e cotidianamente, a pluralidade é percebida pelos cidadãos como desagregação e ruptura da ordem, a diferença contém sempre algo de rebelião e a heterogeneidade é sentida como fonte de contaminação e deformação das purezas culturais.

O autoritarismo na América Latina não pode ser compreendido apenas como uma tendência perversa de seus militares ou de seus políticos, ele responde à precariedade da sociedade civil e à complexidade das mestiçagens que contém. Daí a tendência para fazer do Estado-Nação a figura que se opõe de forma vertical e centralista às debilidades da sociedade e às forças da dispersão. Definido pelos populismos em termos do telúrico e do racial, do autêntico e do ancestral, o **nacional** não tem história ou, quando muito, uma história legendária de heróis e arquétipos. Isso significou a permanente substituição do povo pelo Estado e o protagonismo deste em detrimento da sociedade civil¹³.

A preservação da identidade nacional se confunde com a preservação do Estado e a defesa dos interesses nacionais posta acima das demandas sociais acabará justificando – como aconteceu nos anos 70 com a doutrina da segurança nacional – a suspensão/supressão da democracia.

Os países da América Latina têm uma larga experiência dessa inversão de sentido em que a identidade nacional é posta a serviço de um chauvinismo que racionaliza e oculta a crise do Estado-Nação como sujei-

to capaz de fazer real aquela unidade que articularia as demandas e representaria os diversos interesses que sua idéia deseja, ambiciona, cobiça. Crise disfarçada pelos populismos e desenvolvimentismos, mas operante na medida em que as nações se fizeram não assumindo as diferenças e sim subordinando-as a um Estado que, mais que integrar, soube centralizar.

Como afirma Hilda Sábato, até há bem pouco tempo o debate político e cultural se movia entre “essências nacionais e identidades de classe”¹⁴. Foi só durante a crise dos anos 70 que se colocou em questão o modelo que exigia a dissolução das identidades regionais, étnicas ou setoriais como condição indispensável para a construção da nação. A possibilidade de pensar a sociedade nacional como um ser plural se acha ligada à emergência de movimentos sociais nos quais começa a ser superada uma concepção puramente tática da democracia – como mero estratagema para a tomada do poder – e uma concepção que deixava de compreender o proletariado como o único ator da transformação.

São movimentos sociais que revalorizam as mediações da sociedade civil e o sentido social dos conflitos para além de sua formulação política¹⁵, fazendo possível a emergência, como sujeitos sociais, das etnias e das regiões, dos sexos e das gerações.

Foi então que o pluralismo, que tinha vivido enclausurado nos círculos intelectuais ou restrito a curtos momentos de **hegemonia liberal**, desenvolveu-se, soltou-se nestes países, tornando possível a convi-

13. FLIFISCH, A. *et al.* **Problemas de la democracia y la política democrática en América Latina**. Santiago: FLACSO, 1984; LECHNER, N. (ed.) **Estado y política en América Latina**. México: Siglo XXI, 1988.

14. SÁBATO, H. *Pluralismo y nación*. **Punto de Vista**. Buenos Aires, n.34, 1989. p.2. Ver também: SCHMUCLER, H. *Los rostros familiares del totalitarismo: nación, nacionalismo y pluralidad*. **Punto de Vista**. Buenos Aires, n.33, 1988.

15. Um debate pioneiro na América Latina sobre a nova cultura política e comunicação: CASULLO, N. (coord.). **Comunicación: la democracia difícil**. Buenos Aires: ILET, 1985.

vência do catolicismo com as religiões afro-americanas; a presença crescente das seitas protestantes e uma secularização progressiva dos costumes e das idéias. Isso, por sua vez, tornará visível e aceitável uma concepção nova de identidade, já não mais construída de essências e raízes e sim de relações e interações. Assim vê Carlos Monsivais a nova identidade do mexicano: "O mexicano já não é um problema existencial e cultural, e apesar das infundáveis discussões, a identidade nacional não está em risco. É uma identidade mutante, enriquecida continuamente com a fala dos marginais, os aportes dos meios de comunicação, as renovações acadêmicas, as discussões ideológicas, a americanização, a resistência à ampliação da miséria, a qual se debilita ao reduzir-se a capacidade dos centros de ensino e ao institucionalizar-se a resignação ante a ausência de estímulos culturais"¹⁶.

Assim se vê a si mesmo um habitante da fronteira norte que assume, para definir-se, as múltiplas dinâmicas de desterritorialização e hibridização que o conformam: "quando me perguntam por minha nacionalidade ou identidade étnica não posso responder com uma palavra, pois minha 'identidade' já possui repertórios múltiplos: sou mexicano mas também sou *chicano* e latino-americano. Na fronteira me dizem *chilango* ou *mexiquillo*, na capital *pocho* ou *norteño* e na Europa *sudaca*. Os anglo-saxões me chamam de *hispanic* ou *latino* e os alemães me confundiram em mais de uma ocasião com turco ou italiano"¹⁷.

No que se refere à esfera política, ainda permanecem fortes mostras de fundamentalismo nas guerrilhas e de integrismo em esquerdas e direitas. Mas o pluralismo se manifesta em um esfriamento da luta política que começa a desarmar intransigências, a *dessatanizar* o adversário. Isso implica, por sua vez, uma destotalização da política, que não se constitui apenas em dessacralização dos princípios, mas também da sua própria concepção e do alcance do que nela se joga: seu âmbito, mais que o da confrontação pelo poder, começa a ser o da negociação e o da construção coletiva de uma ordem¹⁸. Mesmo nesse âmbito ela já não pode pretendê-lo integralmente ou atravessá-lo todo: a política reencontrou ultimamente os limites que a diferenciam da ética e da cultura.

Mas esta desdramatização da política se produz na América Latina ao mesmo tempo em que o contágio do Norte produz sua espetacularização. Digamos firmemente, para fazer frente aos novos apocalípticos, que não acreditamos que a relação da política com os meios, em especial com a televisão, seja o lugar onde se gesta ou toma forma a dissolução do político.

A espetacularização não é o efeito do meio sobre a mensagem e sim a própria forma do discurso da política em um tempo no qual, como afirma Richeri, "progressivamente separados do tecido social de referência, os partidos se reduzem a sujeitos

16. MONSIVAIS, C. *De la cultura mexicana en vísperas del tratado do libre comercio*. México: Nueva Imagen, 1992. p.192.

17. Citado em: CANCLINI, N. García. *Culturas híbridas: para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1990. p.302.

18. Duas recompilações de textos chaves sobre o tema na América Latina: LECHNER, N. (comp.) *Cultura política y democratización*. Santiago: FLACSO/CLACSO/ICI, 1987. SCHMUCLER, H.; MATA, Maria Cristina (coord.) *Política y comunicación: hay un lugar para la política en la cultura massmediática?* Córdoba: Catálogos, 1992.

de um evento espetacular como qualquer outro”¹⁹. Sem esquecer a este respeito que a política se relaciona ao espetáculo *massmediático* a partir do que ela tem, e teve sempre, de ritualidade e de teatralidade. Isso nos obriga a retomar o eixo das relações entre democracia e comunicação²⁰.

O PLURALISMO NOS MEIOS

“Apesar das grandes diferenças nas filosofias políticas que as motivaram, todas as reformas guardam relação, de um modo ou de outro, com a introdução, nos meios de comunicação, de funções de serviço público, de preservação das tradições culturais e criativas e da formulação de políticas que beneficiassem os numerosos setores desfavorecidos da sociedade. À sua maneira também guardavam relação com projetos de estruturas democráticas e disposições de gestão que fossem representativas, participativas e operativas”²¹. Assim caracteriza Elizabeth Fox o projeto de democratização que **as políticas nacionais de comunicação** encarnavam e pelas quais se lutou na América Latina desde os anos 70.

Perseguidas pelos regimes ditatoriais que governavam mais da metade dos países nesses anos, e frustradas na hora de aplicá-las naqueles outros países que as acolheram, essas políticas expressavam os ideais e os limites da democracia comunicativa desse tempo. Pois, se expressavam o desejo de fortalecimento da esfera pública contra o poder incontrolado dos interesses privados,

estavam, sem dúvida, embasadas na velha e persistente confusão do público com o estatal: mais que uma questão referida à **forma da sociedade** – da qual fazem parte o Estado e o mercado, partidos e movimentos, instituições e vida cotidiana – a comunicação que essas políticas recortaram e focalizaram se esgotou no âmbito da possibilidade de democratização unicamente a partir do Estado, a partir da institucionalidade estatal.

A outra preocupação central que orientava essas políticas era o conteúdo nacional dos meios, com cuja regulamentação se buscava fazer frente à erosão das culturas nacionais e à penetração descarada ou disfarçada do imperialismo cultural que vinha do Norte. Mas a idéia do nacional que essas políticas sustentavam deixava fora a diferença.

Visto através da nação, o povo era uno e indivisível, e a sociedade “um sujeito sem texturas nem articulações internas, de uma homogeneidade tão grande quanto a que acusávamos nossos inimigos de querer converter-nos”²². Não será estranho então que, enquanto no pensamento dos pesquisadores e dos analistas políticos a reformulação do modelo dos meios apontava para garantir os direitos das maiorias, os governos ressementizaram essas propostas em termos de ampliação de sua própria presença no espaço *massmediático* ou de alargamento de sua capacidade de intervenção²³. Não foi só a cerrada oposição do setor privado e seus interesses mercantis os que frustraram as re-

19. RICHERI, G. *Crisis de la sociedad y crisis de la televisión*. *Contratexto*. Lima, n.4, 1989. p.144.

20. Uma visão de conjunto sobre essas relações: BARBERO, Jesús Martín. *El tejido comunicativo de la democracia*. Telos. Madrid, n.27, 1991.

21. FOX, E. (ed.) *Medios de la comunicación y política en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989. p.40.

22. CALETTI, S. *Comunicación, cambio social y democracia: ocho años después*. In: ESTEINOU, J. (ed.) *Comunicación y democracia*. México: CONEIC, 1992.

23. Sobre essa intervenção: FOX, E. *op. cit.*, p.35-52 e 78-90.

formas, elas estavam minadas de dentro pelo déficit da sociedade civil e da pluralidade que continham.

Se nos anos 70 o sujeito social era uno e democratizar a comunicação consistia em colocá-la a seu serviço, nos anos 80 a heterogeneidade do social vai começar a permear as propostas de comunicação, desestabilizando-as e diversificando-as. A isso se adiantou pioneiramente o rádio. Revalorizado em sua oralidade – em sua continuidade e cumplicidade com as matrizes culturais do oral –, ligou-se ao surgimento de movimentos populares, como no caso das rádios mineiras bolivianas²⁴, num processo que envolveu com intensidade cada vez maior os grupos indígenas, comunidades de bairro, sindicatos, instituições universitárias²⁵.

Como nenhum outro meio, o rádio foi-se fazendo plural, a voz da diversidade do campo e da cidade, da Capital e do Interior, abrindo-se à heterogeneidade dos territórios e das regiões, às suas desigualdades e suas diferenças.

Também na televisão emerge uma certa pluralidade, especialmente a que os canais regionais tornam possível. Vistos a princípio com receio pelos poderes centrais, pelo que significam de descentralização e dispersão do poder, e pelas empresas **nacionais** diante da competição estabelecida, o processo mostra, sem dúvida, que a radicalização das políticas de privatização

ameaça seriamente transformar a regionalização televisiva em estratégia de expansão e consolidação de grupos nacionais e transnacionais.

Ainda que atravessada pelas ambigüidades de sua relação com a administração estatal e pelas distorções que as pressões de mercado introduzem, a televisão regional significa, na América Latina²⁶, para uma multidão de comunidades locais e de grupos sociais, a primeira oportunidade de construir sua própria imagem.

Depois de tanto tempo de haverem sido negadas, excluídas da televisão impropriamente denominada **nacional** *as gentes* das regiões queriam ver-se, olhar-se em suas cores e suas paisagens, em suas personagens e suas festas. Ao fim e ao cabo, não é a partir da pomposa e retórica **identidade nacional** que se vai poder enfrentar a globalização transnacional e sim a partir do que permanece em cada país, de culturalmente mais vivo.

A cultura regional ou local significa, então, não o exótico e o folclorizado – a diferença enclausurada e excludente – e sim o que culturalmente é capaz de expor-se ao outro, de intercambiar com ele e recriar-se. É o que estão fazendo as televisões regionais quando, para lutarem contra suas próprias inércias e estereótipos, refazem a memória e recolocam a noção mesma de cultura para que nela caibam as obras e as vi-

24. Um balanço atualizado dessa experiência: BELTRÁN, L. R.; REYES, J. *Radio popular en Bolivia: la lucha de obreros y campesinos para democratizar la comunicación. Dia-logos de la comunicación*. Lima, n.35, 1993, p.14-32.

25. Sobre o assunto mais informações em: MATA, Maria Cristina. *Cuando la comunicación puede ser sentida como propia: una experiencia de radio popular*. In: **Comunicación y culturas populares**. México: Gustavo Gili, 1987, p.216-230. ROMO, C. **La otra radio**. México: Fund. Manuel Buendía, 1990. TEALDO, A. R. (ed.) **Radio y democracia en América Latina**. Lima: IPAL, 1989. ALFARO, R. M. *et al. Cultura de masas y cultura popular en la radio peruana*. Lima: Calandria/Tarea, 1990.

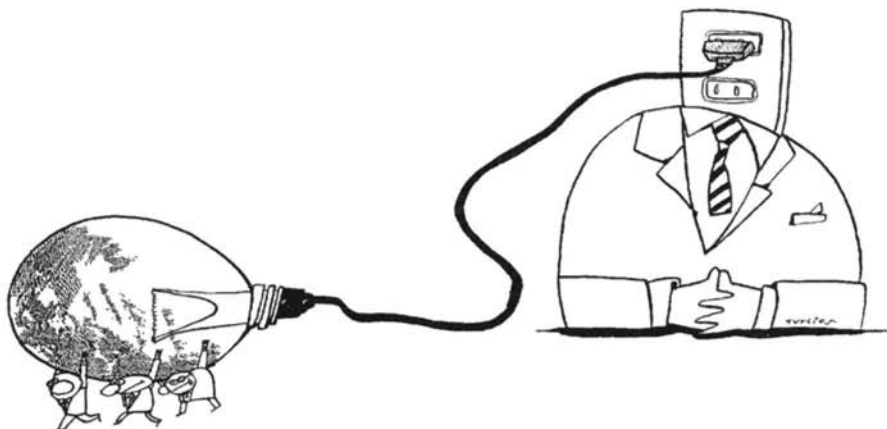
26. FESTA, R.; SANTORO, L. F. *A terceira idade da TV: o local e o internacional*. In: _____ . **Rede Imaginária**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. PORTALES, D. *La integración televisiva desde lo global y lo local*. In: _____ . **La integración cultural latinoamericana**. México: Felafacs, 1992. FOX, E.; ANZOLA, P. *Política y televisión regional en Colombia*. In: FOX, E. *op. cit.*, p.78-90.

das, o letrado e o oral, o teatro e a cozinha, as diferentes religiões e as diferentes sexualidades.

Finalmente, o vídeo independente está abrindo outro espaço de pluralismo comunicativo na América Latina e, nos últimos anos, tem adquirido uma importância cultural e política formidável. Com mais de quinhentos grupos de produção popular e alternativa, e com várias redes de intercâmbio entre produtores de todo o continente – como a rede de vídeo do IPAL em Lima²⁷, a Rede de vídeo pastoral em Quito e a Videoteca do Sul em Nova York – o vídeo está perdendo o seu complexo de inferioridade estética frente ao cinema e superando as tentações marginais que o opunham de forma maniqueísta à televisão. Funcionando em circuitos paralelos ou abrindo caminhos nas brechas dos circuitos do mercado, o vídeo independente está fazendo chegar ao mundo cultural uma heterogeneidade insuspeitada de atores sociais e uma riqueza de temas e narrativas através das quais emergem e se expressam mudanças de fundo na cultura política dos setores mais jovens.

Frente ao ardiloso pluralismo dos pós-modernos, que confundem a diversidade com a fragmentação e o fundamentalismo dos nacionalistas étnicos que transformam a identidade em intolerância, comunicação plural significa na América Latina o desafio de assumir a heterogeneidade como um valor articulável à construção de um novo tecido do coletivo.

Enquanto nos países centrais o elogio da diferença tende a significar dissolução da **sociabilidade**, na América Latina, como afirma Lechner, “a heterogeneidade só produzirá dinâmica social ligada a alguma noção de comunidade”²⁸. Certamente não à idéia de comunidade resgatada de algum idealizado passado e sim àquela a partir da qual nos é possível recriar hoje as formas de convivência e deliberação cidadã, sem reasumir a moralização dos princípios ou a absolutização das ideologias, refazendo melhor as identidades e os modos de simbolizar os conflitos e os pactos a partir da opacidade e da complexidade das hibridizações e das reapropriações.



27. GONZÁLEZ, M. (ed.) *Vídeo, tecnología y comunicación popular*. Lima: IPAL/CIC, 1989.

28. LECHNER, N. *La democratización en el contexto de una cultura postmoderna*. In: _____. *Cultura política e democratización*. Santiago: FLACSO/CLACSO, 1987.

Resumo: O autor discute o pluralismo e a democracia na comunicação. Defende a necessidade de expressão da diversidade cultural latino-americana. Polemiza com a concepção de Estado-Nação, enquanto discurso totalitário *versus* a diversidade comunitária e sua expressão na globalização.

Palavras-chave: comunicação, pluralismo, sociabilidade, diversidade cultural, globalização

Abstract: The author discusses pluralism in communication based on the possibility that Latin-American cultural diversity may establish itself as a community, and express itself elsewhere. He also opposes the idea of a State-Nation as a totalitary discourse versus community diversity, and points out the need for expressing itself in the process of globalization.

Key-words: communication, pluralism, globalization, sociability, cultural diversity